

Acordo prevê votação do Código Florestal e de MPs na próxima semana

Os líderes partidários das maiores bancadas na Câmara fecharam acordo para iniciar na próxima terça-feira, em sessão extraordinária às 10 horas, a votação do projeto do novo Código Florestal (PL 1876/99). O consenso foi alcançado após negociações entre líderes da base aliada e da oposição, representantes da Frente Parlamentar da Agropecuária e o relator da proposta, deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP).

Pelo acordo, após a votação do código, na terça ou na quarta-feira, entram em pauta as medidas provisórias 517/10 e 521/10, ambas de interesse do Executivo - a 521 recebeu uma emenda da relatora, deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), que cria o Regime Diferenciado de Contratações, com novas regras para licitações de obras da Copa do Mundo e da Olimpíada. Com isso, a oposição e a bancada ruralista garantem a votação do código, e o governo, das MPs.

Segundo o líder do PMDB, deputado Henrique Eduardo Alves (RN), até terça o governo vai negociar ajustes no texto com Aldo Rebelo. "Essa é uma questão que não é apenas dos ruralistas, do governo ou da oposição, é uma questão que essa Casa quer decidir", disse.

A presidente em exercício da Câmara, deputada Rose de Freitas (PMDB-ES), agradeceu aos parlamentares pelo acordo, que possibilitou votações após uma semana de entraves. "Essa foi mais uma demonstração de que, com gestos de democracia e humildade de todas as partes, se promove o entendimento", afirmou.

Emenda - Pelo acordo, será destacada durante a votação do novo Código Florestal a emenda de Plenário 164, de autoria dos deputados Paulo Piau (PMDB-MG), Homero Pereira (PR-MT), Valdir Colatto (PMDB-SC) e Darcísio Perondi (PMDB-RS). Caso seja aprova-



Rose de Freitas, durante a sessão plenária, agradeceu o acordo promovido em entendimento

da, o Executivo perderá a prerrogativa de estabelecer por decreto as hipóteses de intervenção dentro de áreas de proteção permanente (APPs), cumpridos os requisitos de utilidade pública, interesse social e baixo impacto ambiental.

A emenda também dá aos estados, por meio do Programa de Regularização Ambiental, o poder de estabelecer, além de atividades agrossilvopastoris, de ecoturismo e turismo rural, outras que po-

dem justificar a regularização de áreas desmatadas. Os ambientalistas criticam a inclusão da atividade pastoril entre as hipóteses de desmatamento dentro de APPs, porque temem abrir uma brecha para a pecuária em áreas que deveriam estar protegidas.

Para o presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária, deputado Moreira Mendes (PPS-RO), a emenda "fará o clareamento da consolidação

das áreas ocupadas, mas não leva para os estados a responsabilidade pela regularização ambiental, como queríamos. É uma coisa que fica ainda meio na dúvida, mas é o avanço possível". Ele acrescentou, no entanto, que a emenda leva à conclusão de que, no mínimo, esta responsabilidade seja dividida entre a União e os estados, por meio do Programa de Regularização Ambiental.

Obstrução - O líder do PV, deputado Sarney Filho (MA), disse que seu partido não participou do acordo e fará tudo o que puder para evitar a votação, inclusive obstruir as sessões. Ele lamentou que o acordo tenha ocorrido no mesmo dia em que a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, anunciou que o desmatamento na Amazônia está fora de controle. O Psol deve se somar ao PV nessa obstrução.

Sarney Filho e o deputado Ivan Valente (Psol-SP) disseram que o governo fez o acordo em troca do fim da pressão para a convocação, pela Câmara, do ministro da Casa Civil, Antonio Palocci, para prestar esclarecimentos sobre evolução patrimonial (*leia mais na pág. 4*). "Eu não vi nenhuma troca de favores. Os requerimentos foram apresentados e votados, nenhum deles foi retirado", disse a presidente Rose de Freitas. O líder do governo, Cândido Vaccarezza (PT-SP), lembrou que a convocação de Palocci havia sido derrotada antes do acordo.

O líder do DEM, deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (BA), disse que somente após encerrada a votação do código as MPs poderão entrar em pauta. O PSDB adiantou que fará dois destaques para votação em separado durante a análise da MP 517/10. Ontem, o relator, deputado João Carlos Bacelar (PR-BA), incluiu 31 artigos no texto.